

A GESTÃO MUNICIPAL DA SAÚDE PÚBLICA EM DUQUE DE CAXIAS (RJ): SUSTENTABILIDADES E IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

Aluna: Rosana Cristine Machado de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução

Desde a descentralização político-administrativa definida pela Constituição federal brasileira de 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia sobre a gestão dos seus recursos socioambientais. Nesse sentido, o recurso “água”, cuja qualidade e distribuição define os padrões “positivos e negativos” de urbanidade em sociedades ocidentais, em parte, passou a ser gerenciada, no Brasil, por mecanismos políticos locais que, teoricamente, dariam maior suporte às estruturas de saneamento e de fornecimento de serviços básicos para numerosas populações. Sendo um problema crônico há mais de século, as águas na Baixada Fluminense são ainda vetor de doenças diversas e, ao mesmo tempo, parâmetros comparativos entre as gestões centralizadas de tempos não muitos distantes (Brasil autoritário) com a atual perspectiva de ação local para a sua qualidade. O que terá mudado em 20 anos de gestão local sobre esse recurso no município de Duque de Caxias (RJ)?

Objetivos

Esse trabalho tem por objetivo central identificar as sustentabilidades das atuais políticas locais de gestão sobre os recursos hídricos implementadas no município de Duque de Caxias (RJ), a partir dos impactos socioespaciais gerados pelas políticas públicas municipais, nos últimos 20 anos, para que, a partir daí sejam compreendidas até que ponto tais políticas podem ser vistas como sustentáveis para que haja o fim dos graves problemas de saúde pública na região, historicamente afetada por grande ineficiência na distribuição dos serviços de saúde e da rede de abastecimento e tratamento da água pelos seus cidadãos.

Metodologia

O presente trabalho se estrutura a partir da leitura de textos teóricos e de trabalhos empíricos diversos, como forma de serem identificados os problemas estruturais da saúde pública no município de Duque de Caxias, a partir da distribuição dos serviços de saúde e da rede de distribuição e tratamento de água pelo território. Para tanto, serão avaliados dados provenientes das agências oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Centro de Informações do Rio de Janeiro (CIDE) para que, em seguida, se estabeleça uma comparação entre os dados oficiais e os coletados em campo.

Justificativa

A água constitui-se em um vetor de grande importância na transmissão de doenças. Caso não tenha o devido tratamento, esse recurso se transforma em um agente onde há a proliferação de patógenos diversos, o que gera problemas à saúde humana levando a situações extremas, como o óbito. Nesse sentido, o saneamento básico constitui-se em um dos fatores primordiais na promoção da saúde e do bem estar social, além de oferecer uma estética à paisagem e evitar a propagação de doenças causadoras de epidemias.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o saneamento básico é definido como o controle pelo homem de todos os fatores do meio físico que exercem, ou que

podem exercer, efeitos nocivos à saúde, adotando-se medidas que visam prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não [1]. Nesse sentido, o recolhimento e o tratamento de esgoto e o abastecimento de água constituem-se em ações de políticas públicas eficazes que evitam os efeitos nocivos à saúde das populações, nos mais diferentes territórios. Além dessas ações, devem ser valorizadas as políticas de educação básica como uma das medidas mais importantes entre os órgãos públicos e a população para a geração do conhecimento capaz de capacitar as pessoas e instituições a evitar a disseminação de doenças através das águas.

Diante disso, um dos principais problemas que afligem a população do município de Duque de Caxias (RJ) é o saneamento básico. Tal ação pressupõe o tratamento e o abastecimento da água, assim como o da rede de esgoto. Verifica-se que, em muitos casos, as redes de abastecimento de água e o tratamento de esgotos são montadas, mas não chegam às residências, causando transtornos diversos à população. Serviço fundamental, o abastecimento de água tratada se mostra ainda mais problemático quando as companhias públicas que prestam o serviço, enviam os boletos de pagamento a famílias que não possuem a rede concluída ou que estão há muito sem nenhum gota de água em suas torneiras. Portanto, ter acesso à água é um direito de todos pelos motivos mais do que conhecidos (sobrevivência do homem), mas quando não tratada e não distribuída (e muitas vezes cobrada) esta se constitui em um vetor de transmissão de doenças e de problemas políticos locais, como ocorre na Baixada Fluminense, uma das regiões mais afetadas, no território fluminense, por doenças infecto-contagiosas que causam altas taxas de mortalidade.

Conclusões preliminares

O que se observa ao longo das gestões locais de Duque de Caxias sobre os recursos hídricos no município, desde o início dos anos de 1990, é que o gerenciamento e o planejamento das demandas sociais são insuficientes, e que relevantes questões de saúde pública (como as doenças provocadas por águas contaminadas) progrediram muito pouco, já que os serviços, em geral, ainda se concentram espacialmente atendendo às necessidades de apenas alguns distritos do município em questão.

Portanto, tal território configura-se por grandes desigualdades quanto ao uso dos recursos, o que indica fortes desigualdades socioespaciais. Além disso, a modernização do sistema político-administrativo pouco contribuiu, até agora, para a (re) significação do local enquanto foco do poder, pois se mantém, no município, a mesma forma política de manter o poder sob a égide de alguns agentes formadores e controladores do espaço.

Bibliografia consultada

- 1- BECKER, B. **Elementos para a construção de um conceito sobre “Gestão do Território”**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1987.
- 2- DALLARI, S.G. O Papel do Município no Desenvolvimento de Políticas de Saúde atualização/ current comments. **REVISTA SAÚDE PÚBLICA**, São Paulo 5 (5): 40-5, 1991.
- 3- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCERJ). **ESTUDO SOCIOECONÔMICO 2004 DUQUE DE CAXIAS**. Secretaria Geral de Planejamento; 4ª edição, estudo referente aos anos de 1998 a 2003; outubro 2004.